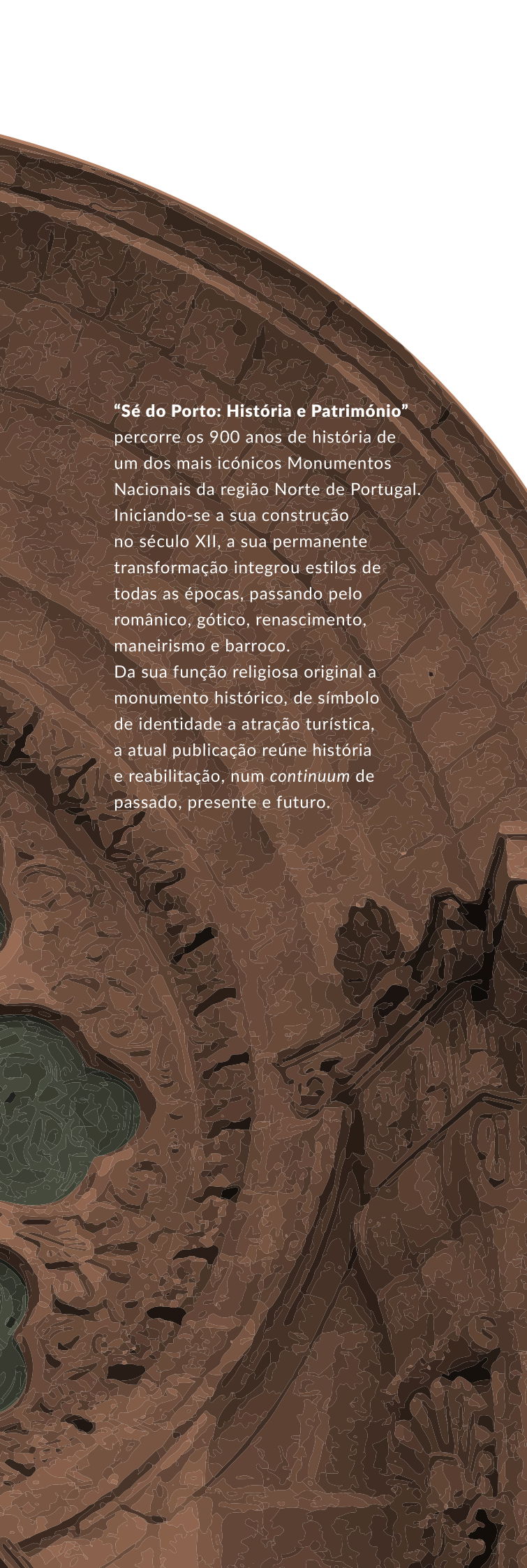


Sé do Porto: **HISTÓRIA E PATRIMÓNIO**



**Património
a Norte**



“Sé do Porto: História e Património”

percorre os 900 anos de história de um dos mais icónicos Monumentos Nacionais da região Norte de Portugal.

Iniciando-se a sua construção no século XII, a sua permanente transformação integrou estilos de todas as épocas, passando pelo românico, gótico, renascimento, maneirismo e barroco.

Da sua função religiosa original a monumento histórico, de símbolo de identidade a atração turística, a atual publicação reúne história e reabilitação, num *continuum* de passado, presente e futuro.

SÉ DO PORTO:
**HISTÓRIA E
PATRIMÓNIO**

FICHA TÉCNICA

Coleção Património a Norte
N.º 16
Título “SÉ DO PORTO: HISTÓRIA E PATRIMÓNIO”

Autores Ana Cristina Sousa; Giovanni Tedesco; Lúcia Rosas; Maria Leonor Botelho

Edição Património Cultural, I.P.
Local de edição Porto
Data de edição 2024 dezembro
ISBN 978-989-9234-01-7

Direção João Soalheiro
Coordenação editorial Luís Sebastian
Suporte técnico Pedro Cabral
Revisão Sara Ponte; Mário Sousa Cunha; João Tavares; Carolina Sousa

Fotografia Alexandra Pessoa; Arnaldo Soares; Carlos Sousa Pereira – DETALHAR.pt; Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa; Corinna Lohse; Daniel Cardeira; Diana Felícia; Francisco Fernandes – Universidade do Minho / Escola de Engenharia; Gabinetto dei Disegni dei Castello Sforzesco, Milano; Gonçalo Figueiredo; Jorge Argüello; José Carlos Amorim; José Pessoa; Konrad J. Krakowiak – Universidade do Minho / Escola de Engenharia; Luís Bravo Pereira; Luís Sebastian – Património Cultural, I.P.; CITAR/UCP – Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes / Universidade Católica Portuguesa; Maria Leonor Botelho; Miguel Sousa; Paulo B. Lourenço – Universidade do Minho / Escola de Engenharia; Paulo Dordio Gomes; Pedro Augusto Almeida; Robert Smith

Ilustração Carlos Sousa Pereira – DETALHAR.pt; José Luís Madeira; Luís Sebastian – Património Cultural, I.P.

Arquivos arquiv@ - arquivo online do Património Cultural, I.P.; Biblioteca Comunale degli Intronati, Istituzione del Comune di Siena; Biblioteca Nacional de Portugal; Câmara Municipal do Porto; Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa; Centro Português de Fotografia; CITAR/UCP - Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes / Universidade Católica Portuguesa; Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto / Centro de Documentação e Urbanismo; Fundação Calouste Gulbenkian – Biblioteca de Arte; Comune di Milano - Gabinetto dei Disegni dei Castello Sforzesco, Milano; Klosterkammer Hannover; Museo Nacional del Prado; Museu Nacional d'Art de Catalunya; Arquivo de Documentação Fotográfica - Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E.; Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA) - Património Cultural, I.P.; Vereinigte Domstifter zu Merseburg und Naumburg und des Kollegiatstifts Zeitz

Design gráfico RMD, Unip, Lda.

Parceria CABIDO PORTUCALENSE; CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO; FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO | CITCEM; INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DO MINHO; DETALHAR.PT | ARQUITETURA360

Apoio CITAR/UCP - CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DAS ARTES / UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA; FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO; FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN; FUNDACIÓN SANTA MARÍA LA REAL; KLOSTERKAMMER HANNOVER; LUÍS BRAVO PEREIRA; VEREINIGTE DOMSTIFTER ZU MERSEBURG UND NAUMBURG UND DES KOLLEGIATSTIFTS ZEITZ

Disponível "online" em www.patrimoniocultural.gov.pt

ÍNDICE

PATRIMÓNIO A NORTE

Carla Varela Fernandes

Adélio Fernando Abreu

4

EDITORIAL

Luís Sebastian

10

PREÂMBULO

Ana Cristina Sousa, Maria Leonor Botelho, Lúcia Rosas

13

SÉCULOS XII-XV

Lúcia Rosas

23

SÉCULO XVI

Ana Cristina Sousa

57

SÉCULO XVII

Ana Cristina Sousa

103

1725-1731

Giovanni Tedesco

139

SÉCULO XVIII-XIX

Ana Cristina Sousa

173

1927-1982

Maria Leonor Botelho

267

1982-2021

Maria Leonor Botelho

319

BIBLIOGRAFIA

355

COLEÇÃO PATRIMÓNIO A NORTE

369

ROTEIRO

380

8

1982-2021



Maria Leonor Botelho

Universidade do Porto / Faculdade de Letras / CITCEM
mlbotelho@letras.up.pt

Maria Leonor Botelho (Porto, 1979) é Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) – Departamento de Ciências e Técnicas do Património (DCTP) na área científica de História da Arte e investigadora integrada do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”) / FLUP e coordenadora do grupo de investigação “Património Material e Imaterial”. É Diretora da Licenciatura em História da Arte da FLUP. Licenciada em História – Variante História da Arte (FLUP, 2001), Mestre em Arte, Património e Restauro (FLUL, 2004) e Doutorada em História da Arte Portuguesa (2011) pela FLUP, com uma tese subordinada ao estudo da historiografia da arquitetura da época românica em Portugal (1870-2010) (publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2013). Desenvolve investigação nas áreas da arquitetura e historiografia da época românica, das intervenções de requalificação da arquitetura românica realizadas ao longo dos séculos XX e XXI, com especial enfoque nas da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (D.G.E.M.N.). O seu campo de atuação e de investigação tem crescido no âmbito da gestão do património, do “digital heritage”, dos discursos do património e do património mundial. Leciona unidades curriculares no âmbito das temáticas da Gestão do Património, da Arquitetura Medieval e da História Urbana nos 1.º e 2.º ciclos, orientando projetos de investigação nas mesmas áreas de conhecimento ao nível de mestrado e de doutoramento. Desde 2015 que é responsável pela coordenação (em colaboração com outros docentes), pela curadoria e produção de exposições virtuais na página da FLUP na plataforma “Google Arts and Culture”. É uma das coordenadoras da Enciclopédia do Românico em Portugal (2023), publicada pela Fundación Santa María la Real.

Valorização e reabilitação da Sé do Porto: novas dinâmicas de uma catedral (1982-2021)

“Em síntese, diremos que a estratégia adoptada para a intervenção nos edifícios da Sé tem visado três linhas de actuação – reabilitação das estruturas, conservação das peças artísticas do interior e musealização dos espaços não atectos à actividade do culto”¹.

FONTES E DINÂMICAS DE INTERVENÇÃO

O conhecimento das ações realizadas no complexo catedralício portuense decorre da análise crítica dos muitos Processos de Obra que a plataforma digital *arquiv@* disponibiliza “online”. Originalmente desenvolvida pela Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN) em 2022, este repositório documental pretende permitir o acesso, “para fins de preservação, conhecimento e investigação, a documentos, fotografias, acervos bibliográficos, peças projetuais escritas e desenhadas, pareceres de arquitetura e arqueologia, entre outros materiais reunidos ao longo de décadas”². Integrados neste repositório documental e para a Sé do Porto, pudemos analisar mais de duas centenas de processos, contabilizando milhares de páginas, compostas por todas estas tipologias de fontes primárias, a maioria das quais inéditas. A leitura crítica das mesmas permitiu-nos perceber não tanto a evolução das intervenções na diacronia e na cartografia do complexo catedralício, mas, acima de tudo, a evolução e adoção de novas metodologias de ação em face do mesmo. Respondem estas ações e, portanto, as metodologias adotadas, a fins concretos e cada vez mais específicos, pelo que requerem da parte de quem intervém no património uma formação e competências cada vez mais especializadas. Ao mesmo tempo, estas exigências refletem o alargamento do campo disciplinar do património cultural e, acima de tudo, demonstram a urgência de um conhecimento tão exigente quanto especializado, sobre o bem patrimonial no qual se intervém, seja ele conhecimento arqueológico, histórico e artístico; seja ele ao nível da dinâmica dos materiais ou das estruturas que o enformam; seja, também, do “histórico” das intervenções de conservação e restauro realizadas num dado edifício ao longo dos séculos XX e XXI.

As fontes processuais disponibilizadas no arquiv@, se resultam também da investigação e conhecimento prévio às ações realizadas, enquadradas num dado contexto, proporcionam por sua vez novos caminhos de conhecimento que se fundamentam nas várias camadas de informação produzida.

Ao longo do século XX, e à escala internacional, identificamos neste campo várias recomendações que reforçam o princípio do registo da intervenção e da acessibilidade da documentação produzida para efeitos de partilha técnica do conhecimento alcançado e das metodologias de ação ensaiadas. Já a “Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios” (ICOMOS, 1964), no seu artigo 16º, recomenda a compilação da documentação produzida no contexto da intervenção e que sejam registadas “todas as fases de trabalho de seleção, de consolidação, de integração, assim como os elementos formais e técnicos identificados no decorrer dos trabalhos”. Vimos no capítulo anterior como a documentação produzida pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (D.G.E.M.N.), disponível na plataforma do Sistema Integrado do Património Arquitetónico (SIPA)³, constitui uma fonte de conhecimento fundamental para perceber o impacto das intervenções realizadas no monumento em estudo. Por fim, recomenda o mesmo artigo da “Carta de Veneza” que esta documentação seja “guardada nos arquivos de um organismo público”, que seja “colocada à disposição das pessoas que a quiserem consultar” e que seja ainda publicada.

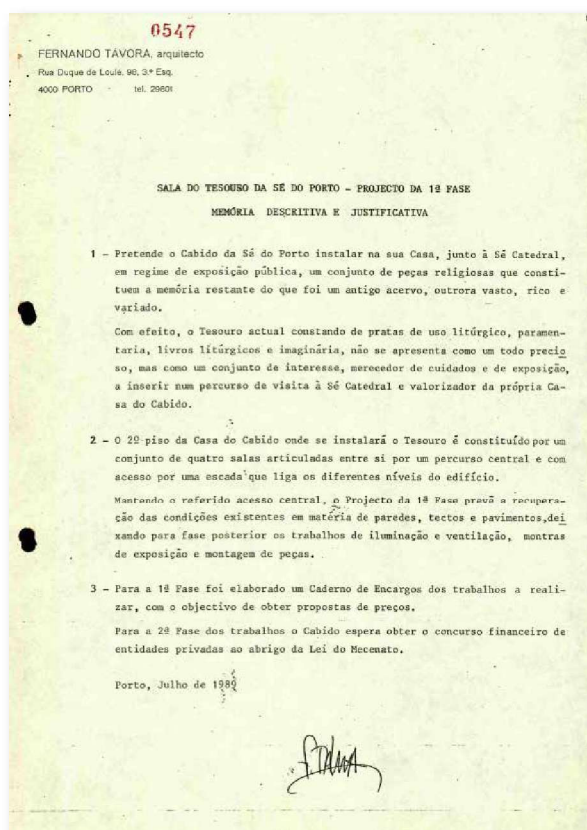
Cabe às instituições que tutelam este património documental a obrigação de tornar este material de conhecimento acessível aos investigadores, àqueles que no futuro virão a intervir no património classificado e ao público em geral. Cumpre-se, portanto, uma das tarefas fundamentais do Estado, prevista na Lei-Base do Património Cultural n.º 107/2001, que determina que o “conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever” (artigo 3º). Obedecendo hoje a política do património cultural ao princípio geral da informação (artigo 6º), entre outros, a sua disponibilização, aproveitando as tecnologias da informação e da comunicação (artigo 13º), consubstancia uma realidade sem retorno.

É, pois, a partir da leitura crítica e comparada da documentação produzida no contexto de trabalhos de intervenção em monumentos, que podemos identificar e compreender um conjunto substantivo de ações que, desejando-se cada vez mais invisíveis e preferencialmente impercetíveis, se tornam difíceis de elencar. A massa documental produzida nas últimas décadas para a Sé do Porto, pelas sucessivas tutelas, atesta a exigência técnica, material e financeira que um monumento com esta escala requiere. Da sua análise comparada decorre o conhecimento das várias dimensões de atuação que consubstanciam diversos princípios de valorização e de reabilitação. Com o conhecimento aqui registado e daqui produzido contribui-se para uma melhor valorização deste Monumento Nacional.

VALORIZAÇÃO E FRUIÇÃO: DO EQUIPAMENTO CULTURAL

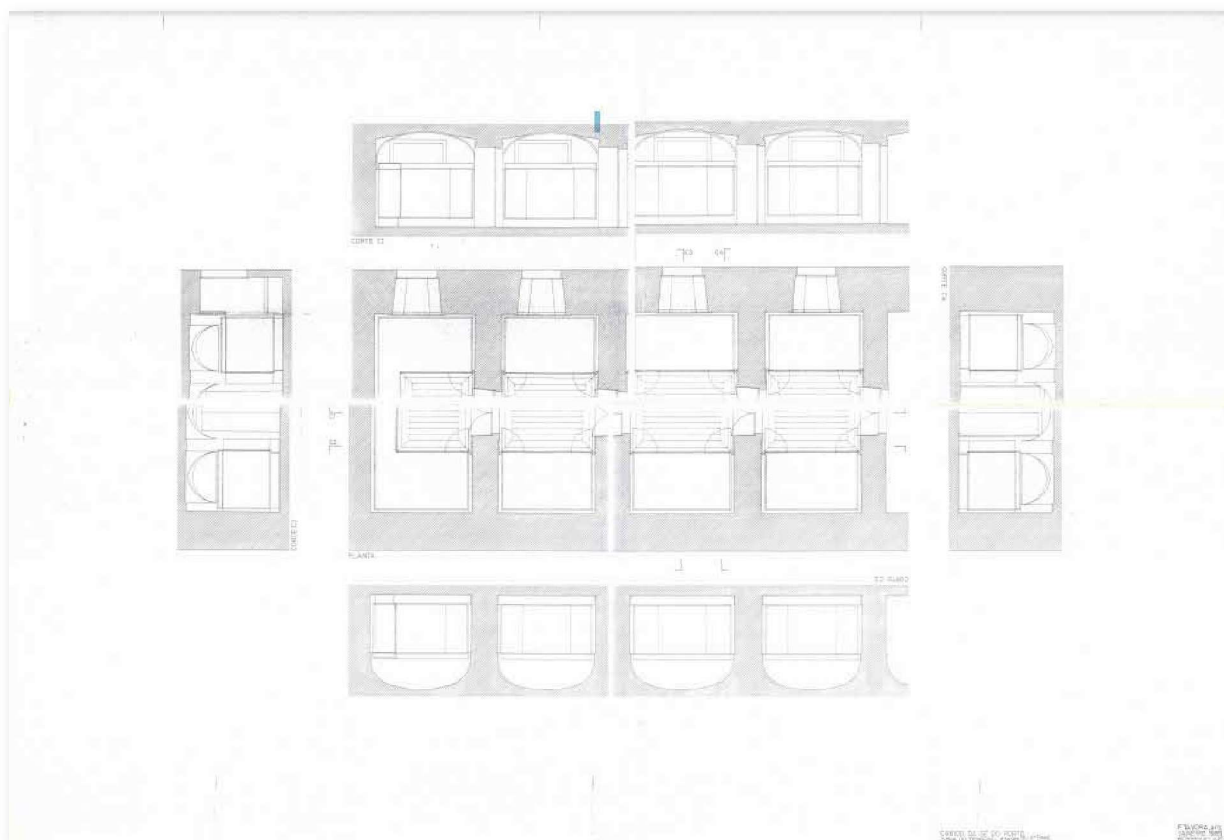
O panorama da responsabilidade de intervenção na Sé do Porto, Monumento Nacional, mas também noutros à escala nacional, altera-se pela criação do Instituto Português do Património Cultural (IPPC) em 1980. O IPPC foi criado pelo Decreto-Lei n.º 59/80, de 3 de abril de 1980 e, refletindo a estabilização do quadro institucional⁴ no período pós-revolucionário, vai assumir importantes e alargadas competências na gestão do património cultural, espelhando a assunção da expansão patrimonializadora que Françoise Choay vinha identificando desde a década de 1960⁵. A expansão tipológica e cronológica que caracterizam os anos de 1970, e que a “Convenção para a Proteção do Património Mundial” de 1972 consubstancia, estão bem presentes na missão do IPPC que se assume “como serviço destinado a promover a salvaguarda e a valorização que, pelo seu valor histórico, artístico, arqueológico, bibliográfico, documental, etnográfico ou paisagístico, integrassem o património cultural do País”⁶. Aliás, convém lembrar que Portugal aderiu a esta Convenção em 1979, como consta do Decreto n.º 49/79, de 6 de junho de 1979, que a transpõe para a ordem jurídica interna. A par da responsabilidade pela identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão do Património Mundial, assumido à escala internacional no artigo 4º desta Convenção, caberá aos Estados signatários o dever “de assegurar uma protecção e conservação tão eficazes e uma valorização tão activa quanto possível do património cultural e natural situado no seu território e nas condições apropriadas a cada país” (artigo 5º). Para o alcançar, são várias as medidas propostas, de entre as quais destacamos de momento a instituição de serviços competentes, “com pessoal apropriado, e dispondo de meios que lhe permitam cumprir as tarefas que lhe sejam atribuídas”. Consequentemente, foram também várias as medidas que o Estado Português adotou nesta matéria e cujas consequências se fizeram sentir ao nível da reabilitação e valorização da Sé do Porto.

O Decreto-Lei n.º 318/82, de 11 de agosto de 1982, afeta diversos imóveis ao Ministério da Cultura e Coordenação Científica, através do Instituto Português do Património Cultural (IPPC). A Sé do Porto está entre eles. Segundo o mesmo Decreto-Lei, “o significado histórico-cultural desses imóveis determina a prossecução de uma política de conservação e valorização dos mesmos que, simultaneamente, conduza ao seu aproveitamento cultural, daí decorrendo a imprescindibilidade de dotar os diversos serviços da área do património cultural de meios humanos que garantam a sua salvaguarda e fruição pelo público”. Como veremos, estes princípios chave da conservação e valorização vão ter um impacto significativo nas intervenções realizadas na Sé do Porto, mas também na sua gestão enquanto edifício religioso, como monumento e, acima de tudo, como equipamento cultural. Efetivamente, na transição do século XX para o XXI, a par da salvaguarda do património arquitetónico (reabilitação das estruturas) e integrado (conservação das peças artísticas do interior), identifica-se uma notória preocupação relativamente à sua fruição por parte do público e que se vai materializar, paulatinamente, na musealização dos espaços não afetos à atividade do culto.



Sala do Tesouro da Sé do Porto – Projeto da 1ª fase – Memória descritiva e justificativa (1989, arquív@ - arquivo online do Património Cultural, I.P.©¹⁰).

Não obstante sediar-se na Casa do Cabido, devemos invocar aqui o processo de instalação do Museu do Tesouro da Sé. Em 1988, o Cabido da Sé do Porto demonstrara presencialmente aos técnicos do IPPC as potencialidades dos compartimentos do primeiro piso do edifício por permitirem a criação de “um percurso museológico bem integrado na visita à Casa do Cabido, assim como o seu espaço bem marcado” possibilitar uma “mostra condigna dos objetos” a expor, nomeadamente “algumas obras de joalharia, livros e paramentos já recolhidos e cujas referências foram enviadas para conhecimento da Dra. Mónica Baldaque”⁷. Só na década seguinte é que este projeto acalentado pelo Cabido é retomado, sendo dada “luz verde para encomendar o projeto ao arquiteto Fernando Távora”⁸, que o veio a executar. A documentação compulsada permite-nos perceber as relações entre atores, coletivo capitular e tutela, e entender a demo-
ra administrativa que impactou no arranque do processo de instalação do Museu na Sé do Porto, cujo estatuto jurídico a coloca sob a alçada do Estado. O Cabido pressiona o IPPC no sentido do cofinanciamento do projeto e sua execução, situação que, entretanto, chega ao conhecimento da opinião pública, havendo quem questione, de forma provocatória, se “será que neste sector se impõem as desnacionalizações?”⁹.



Sala do Tesouro da Sé do Porto – Projeto da 1ª fase – Memória descritiva e justificativa (1989, arquív@ - arquivo online do Património Cultural, I.P.©¹¹).

Sanadas as tensões, a 13 de março de 1992 é firmado um Protocolo de Cooperação entre o IPPC e o Cabido referente às Obras da Sé do Porto. Este acordo viabiliza a sua execução por se considerar serem “indispensáveis obras de recuperação e adaptação que permitam a criação de condições para o circuito de visitantes bem como a sua extensão a zonas do edifício actualmente fechadas devido ao mau estado de conservação”¹². Uma notícia publicada no periódico “Local Porto” de 14 de setembro de 1992 surge com o título “Os Tesouros da Sé. Novo circuito de visitantes vai desvendar património da catedral” e destaca o projeto da futura “Sala do Tesouro”, que virá a “constituir um dos pontos fortes do novo circuito que os visitantes da Sé poderão percorrer a partir de 1993”¹³.

Ora, o projeto desta unidade museológica, apenas inaugurada em 1996, insere-se num programa de colaboração mais vasto que visou a reabilitação e valorização do complexo catedralício, alvo de intervenções continuadas desde 1993¹⁴ e que mais adiante abordaremos. Não cabe aqui analisar este projeto, nem as consequências do mesmo em termos arquitetónicos para a Casa do Cabido. Contudo, importa referi-lo porque fica claro que durante o período de execução, os esforços do coletivo capitular e da tutela estavam direcionados para este elemento fulcral do complexo catedralício, o qual respondia a uma das principais estratégias definidas: a da musealização dos espaços não afetos ao culto. Além disso, a criação de uma unidade museológica na década de 1990 consagra a importância da valorização do património móvel da Sé que passa, então, a estar acessível ao público. Afirma-se, assim, doravante, na Catedral Portuense, a sua função de equipamento cultural e ensaia-se o novo modelo de aplicação de “uma percentagem de comparticipação através do Mecenato”¹⁵.



No ano da inauguração deste equipamento, o Centro Histórico do Porto é inscrito na lista de Património Mundial da UNESCO. A Sé do Porto, encabeçando a relação de monumentos arrolados neste processo de reconhecimento patrimonial, vê a sua escala ampliada a uma outra dimensão. Ensaia-vam-se já as primeiras ações de mediação no monumento que em 1995 contou com os serviços de um guia para acompanhar os turistas portugueses e estrangeiros que o visitavam, numa iniciativa da Divisão de Turismo da Câmara Municipal do Porto e que contava com o apoio do IPPAR, do Cabido e do curso de Turismo do Instituto Superior de Administração e Gestão (ISAI)¹⁶.

Notícia publicada no jornal “Público” (1995, arquiv@ - arquivo online do Património Cultural, I.P.©¹⁷).

Se os efeitos da pressão turística não se fizeram sentir no imediato, tal como os conhecemos hoje, não deixa de ser interessante referenciar este episódio, bem como o momento da inauguração do espaço do “Tesouro da Sé”, pelas consequências que esta trará no futuro em termos de gestão da Catedral do Porto enquanto equipamento cultural e, inclusive, espaço de acolhimento de peregrinos que de lá partem rumo a Santiago de Compostela.

Efetivamente, nos últimos anos do século XX, a dinâmica funcional da Sé do Porto vê-se alterada. O culminar do entendimento do complexo catedralício enquanto equipamento cultural tem lugar já nas primeiras décadas do século XXI. Num projeto igualmente moroso (2012-2014), que se materializou na construção de um conjunto de instalações na parte posterior da Sacristia do Cabido, destinadas a melhor suprir as necessidades administrativas e funcionais deste e da Paróquia da Sé, pôde a Casa do Cabido ser intervencionada e assumida como peça pivô do circuito de visita da Sé do Porto, reestruturado. Deve-se agora ao arquiteto Carlos Castanheira o traço do projeto que alterou significativamente as dinâmicas de acessibilidade ao interior da igreja catedralícia e que a converteu, como vimos no capítulo anterior, no último espaço visitado do conjunto, dando assim uma efetiva resposta à vontade de diferenciar “quem pretende aceder à Sé-Catedral por motivos religiosos ou simplesmente por motivos turísticos ou de conhecimento”¹⁸. Mas é pela mesma entrada da Casa do Cabido que visitantes-turistas e visitantes-peregrinos acedem a um mesmo espaço que é, cada vez mais, de difícil gestão funcional.

Muito embora as intervenções acima mencionadas tenham uma importância significativa no entendimento do complexo catedralício como um todo, captando esforços e recursos, e para elas direcionando o foco das atenções, a verdade é que as mesmas foram sendo acompanhadas por inúmeras intervenções de conservação e de reabilitação, convertendo a Sé do Porto num permanente estaleiro de obras, muitas delas morosas e invisíveis, mas também, afirmando-a como objeto de estudo.

CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO: DO ESTALEIRO (IN)VISÍVEL

Ao longo da década de 1980 ainda pudemos encontrar a realização de diversas campanhas de obras da responsabilidade da D.G.E.M.N., muito embora se tenha registado uma transição de competências tutelares em 1982¹⁹. Não podendo deliberar desde então sobre a viabilidade de concretização de qualquer intervenção, quando auscultada técnica e administrativamente, a D.G.E.M.N. passa a reencaminhar as devidas competências e responsabilidades para o Instituto tutelar. A título de exemplo, este facto verificou-se a propósito de uma solicitação do Cabido relativamente a diversos trabalhos de conservação de que carecia à data o conjunto catedralício, dando como exemplo, a “iluminação da Galilé norte (de Nicolau

Nazoni) [que] continua[va] destruída”²⁰. Estava-se no ano de 1987 e a este pedido respondeu a D.G.E.M.N. referindo a possibilidade destas “obras de beneficiação serem comparticipadas pelo Instituto Português do Património Cultural, entidade a quem está afecto o Imóvel”²¹.

Apesar da transição de tutelas, verificou-se uma política de compromisso de colaboração entre as duas instituições, D.G.E.M.N. e IPPC²². A D.G.E.M.N. estava nesta época carenciada ao nível da projeção, execução e fiscalização de obras, o que a “impedia de manter actualizado o conhecimento do estado de conservação dos imóveis”, conforme notou Maria João Neto²³. Podemos verificar que este espírito de colaboração existiu nas intervenções de conservação realizadas na Sé do Porto ao longo dos anos de 1980, última década, aliás, em que a D.G.E.M.N. pôde intervir neste Monumento Nacional.

Apesar da sobreposição de responsabilidades institucionais, pudemos elencar ao longo da década de 1980 um vasto conjunto de campanhas de conservação a cargo da D.G.E.M.N.²⁴, fosse ao nível da comparticipação financeira por parte do IPPC, fosse ao nível da necessária assistência técnica especializada, considerando a larga experiência da primeira²⁵. Só a partir de 1988 é que o IPPC “pode legalmente fazer obras e, como tal, organizar projectos de intervenção”²⁶ em Monumentos sob a sua tutela. Compreende-se assim porque no ano de 1989, numa nota de informação interna, se elencam exaustivamente as obras que havia necessidade de levar a cabo na Sé do Porto, as quais se consideram de duas ordens, a saber²⁷: as de conservação, “existindo aspectos cujo tratamento é urgente”, e as de adaptação de espaços, “viabilizando os apoios necessários à sequência das ações culturais que com alguma regularidade e numeroso público têm permitido à Sé pontuar no espaço cultural da cidade”. A resposta a estas necessidades não foi imediata. Mas a apreciação crítica da documentação compulsada no arquiv@ permite-nos antecipar que, ao longo das décadas seguintes, lhes seria dada a devida resposta.

Dirigindo-se ao então Secretário de Estado da Cultura, Pedro Santana Lopes, o Cabido da Sé do Porto lança um apelo à ação da tutela, denunciando a crescente degradação e a urgência de obras na Catedral. Corria o ano de 1991 e perspetiva-se já um novo fôlego no campo do património cultural²⁸:

“Dizem-nos os responsáveis do IPPC no Norte que, neste momentos (sic), está em reelaboração um plano de intervenções em alguns monumentos nacionais. Pedimos, por conseguinte, que a Sé do Porto não seja, mais uma vez, esquecida. Trata-se do monumento número um da segunda cidade do país e a situação degradada acaba por ter impacto muito negativo na opinião pública”.

Em 1992, a tutela da Sé do Porto transita para o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), criado pelo Decreto-Lei nº 106-F/92 e que passa a assumir a responsabilidade de gestão dos monumentos nacionais e, mais importante ainda, a competência autorizativa de obras

em imóveis classificados, nomeadamente ao nível da emissão de pareceres vinculativos²⁹. Com a criação do Departamento de Projetos e Obras reúnem-se neste instituto as condições administrativas e técnicas para a criação de competências para a realização de intervenções em monumentos.

De um modo geral, e como sistematiza Paulo Pereira, no que concerne às intervenções patrimoniais, “os anos 90 marcam um aumento da intensidade, em boa medida derivado do acesso a fundos da Comunidade Europeia (depois UE), com a aplicação dos Quadros Comunitários de Apoio” (QCA), que se materializam num aumento substantivo das verbas disponíveis para este setor³⁰. Com a criação das Direções Regionais do IPPAR, em 1992, ampliam-se as oportunidades para dinamizar e gerir os fundos europeus, nomeadamente os QCA I (1989-1993), QCA II (1994-1999) e QCA III (2000-2006).

A já referida notícia de 1992 antecipa a azáfama que se fez sentir por estes anos, bem como da ação contínua do estaleiro de obras no complexo catedralício. São claras as palavras do cónego Raimundo de Castro Meireles, então delegado do Cabido, e que transcrevemos na íntegra: “Começou-se bem por fora, esperamos continuar por dentro”³¹. Acompanhando o estabelecimento do novo circuito para os visitantes, estavam previstas diversas “melhorias” e um “conjunto de restauros” tanto na fábrica do complexo catedralício, como também no seu património integrado e móvel. Estava já “feito em fichas” o inventário “das peças móveis fundamentais da Sé Catedral e do Museu de Arte Sacra e Arqueologia” e previa-se o arrolamento do inventário da Diocese. Referimos aqui estas questões porque todas elas concorrem para uma nova atitude perante o património cultural de origem religiosa, assumido já na sua qualidade de equipamento cultural e com claras consequências ao nível da abordagem identificada nas intervenções registadas na documentação que consultámos no arquiv@. Além disso, todas elas vão dando resposta àquilo que vai ser estrategicamente definido para a Sé do Porto.

Além disso, a relação que se constata entre as várias ações realizadas permite aferir as consequências entre as mesmas e, acima de tudo, o entendimento cada vez mais integrado e holístico do monumento, bem como a implementação de uma atuação faseada e ponderada do processo de intervenção. Foi assim organizado um cronograma articulado que, na senda daquilo que o cónego Raimundo de Castro Meireles tinha transmitido à comunicação social, se sistematiza num plano de obras, a começar pelo tratamento das coberturas. Efetivamente, “a cada espaço vedado suceder-se-ia a fase de tratamento do seu interior”³². Por esta razão, deu-se prioridade ao tratamento das coberturas das naves e da cabeceira da igreja, bem como da sacristia, com plena consciência de como “os efeitos das infiltrações de água provenientes de algumas zonas” se pronunciavam na “degradação dos elementos artísticos contidos no interior – talha, pinturas e estuques”. Exemplifiquemos.

Em 1993 concluem-se os trabalhos de reabilitação das coberturas. Em face do diagnóstico de porosidade do granito que enforma a cobertura das naves, “a execução dos trabalhos implicou o levantamento de toda a extensão lageada, com reposição da mesma após a limpeza, impermeabilização e drenagem do extradorso das abóbadas subjacentes”³³. Do mesmo modo, podemos mencionar o cuidado prospetivo posto, em 1994, na conservação dos frescos da cabeceira, entretanto intervencionados numa campanha da responsabilidade do Instituto José de Figueiredo (IJF). Da consciência dos danos provocados pela incidência da luz solar e da humidade penetrada através dos vãos, colocaram-se novas caixilharias, “pela face interior, equipada(s) com vidro de protecção aos raios ultravioletas e reflexão ao calor [sic]”³⁴. Em 1996 estava já realizado o “levantamento exaustivo do estado de conservação de toda a estatuária, peças em talha e madeira policromada, estando estimados os respectivos custos de conservação”, o que permitiu ao IPPAR proceder ao “planeamento físico e financeiro das intervenções futuras”³⁵. Destacou-se, neste contexto, o “património pertencente à sacristia, capela-mor e capelas do transepto”³⁶.

Naquilo que à igreja diz respeito, e como fica claro no arrolamento das obras realizadas e lançadas, apresentado em finais de 1999, ao longo da década de 1990 identifica-se um conjunto de ações de natureza diversa e impactantes sobre várias partes do complexo catedralício. Entre elas,



Notícia publicada no jornal “Público” (1992, arquiv@ - arquivo online do Património Cultural, I.P.©³⁷).

DATAS	DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	VALOR LANÇADO (em contos)
1993	Reabilitação/ coberturas da igreja e sacristia gótica	
	• projeto	744 c.
	• obra	39.905 c.
1995	Instalação de unidade museológica ("Tesouro da Sé)	
	• projeto	2.300 c.
	• obra (inclui 10.000c./mecenato)	16.699 c.
	Consolidação do suporte e conservação e restauro da pintura a fresco da sacristia gótica	9.740 c.
	Instalação de grades e redes de protecção + reparações da caixilharia / vãos exteriores / fachadas sul e poente	1.112 c.
	Colocação de vedação antivândalo, acesso à claustro velha	85 c.
95/96	Conservação e restauro dos frescos de 3 janelões da cabeceira – técnicos do I.J.F.	
1996	Execução de caixilharia para os 4 janelões da cabeceira	4.859 c.
	Projecto de reabilitação das torres e coberturas (projecto em revisão)	2.477 c.
1997	Conservação e restauro do mobiliário da sacristia gótica	4.2220 c.
1999	Conservação e restauro do guarda-vento e portas interiores da igreja	977 c.
	Conservação e restauro de 2 pinturas	2.952 c.
	Conservação e restauro do retábulo e sanefas da sala capitular	1.330 c.
	Limpeza e protecção do granito e azulejos do claustro gótico	2.497 c.
	Reparação nas instalações sanitárias	612 c.
	Vedações para dois vãos vandalizados	117 c.
	Substituição de porta vandalizada	117 c.
	Aquisição de armários/ vestuário	104 c.
	Inventário do património móvel integrado (sujeito a protocolo com o IPM)	7.500 c.
99/2000	Conservação e restauro do retábulo da capela de N.ªs Senhora da Piedade	3.265 c.
	Conservação e restauro dos retábulos do claustro gótico	5.468 c.
	Conservação e restauro dos frescos do 4.º janelão da cabeceira	3.150 c.
99/2001	Estudo histórico/arqueológico	2.350 c.
(facturado até 31.Dez.99) Total -		94.884 c.
Percent. Construção Civil -		60%
“ Conserv. Restauro -		26%
“ Estudos/projectos		14%

“Intervenções realizadas e lançadas até final de 1999” na Sé do Porto
(2000, arquiv@ - arquivo online do Património Cultural, I.P.©³⁸).

cabe-nos agora destacar aquela que a documentação designa de “Recuperação da Capela do Santíssimo Sacramento e da Sacristia anexa” e que foi adjudicada ao gabinete do arquiteto Fernando Távora. A organização faseada do processo, que a documentação coligida comprova, decorre do facto de, desde o primeiro momento, se ter consciência de estar “em causa uma operação especializada de estrita conservação dos elementos artísticos (estuques, pinturas, mármore, talha, prataria e ferro forjado)”³⁹. Devemos chamar a atenção para esta nova atitude e respeito pelo património integrado, nos antípodas daquela que se afirmou nas décadas de 1930 e 1940.



Obras de recuperação da capela do Santíssimo Sacramento
(2004, fotografias de Maria Leonor Botelho©).

Os princípios que nos finais do século XX se aplicam na intervenção do património edificado são, claramente, próprios do seu tempo e acompanham a discussão internacional, conforme nos demonstra, em 1999, a Arquiteta Ângela Melo em informação sobre esta intervenção, que transcrevemos na íntegra pelo seu carácter demonstrativo⁴⁰:

“A solução projetada segue critérios de intervenção mínima – não existem alterações estruturais nem alterações de forma, tratando-se fundamentalmente de operações de consolidação, limpeza, conservação, substituições pontuais e de infraestruturação. O restauro é apenas encarado para o caso do tecto em estuque, com zona central pintada.

Ao nível das técnicas e materiais parecem cumpridos os preceitos aconselháveis, bem como a nível da exigência de condições de qualificação técnica e profissional dos operadores nas áreas especializadas – estuques e pintura; apoio científico e laboratorial na consolidação das partes do granito em desagregação; acompanhamento de um arqueólogo.”

Está, pois, definitivamente consagrado o princípio da obra “invisível” pela intervenção que se quer, portanto, mínima. Reabilitam-se as estruturas e dá-se particular atenção à conservação do património artístico integrado. Estamos diante de um paradigma de intervenção que, requerendo técnicos qualificados e altamente especializados, se mostra cada vez mais exigente. Resultando da participação de 51 países no quadro de um programa de intercâmbio financiado pela União Europeia e no qual Portugal se fez representar, a “Carta de Cracóvia” de 2000 procura estabilizar os “Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído”. Ampliando os valores veiculados pela “Carta de Veneza” de 1964, assume-

-se que “a manutenção e a reparação constituem uma parte fundamental do processo de conservação do património”, deixando clara a sua diferença concetual e operativa. Mas é ao nível da afirmação do “projeto de restauro” enquanto ação, ou do restauro enquanto projeto, que este documento orientador se diferencia dos seus antecessores no campo da doutrina internacional⁴¹:

“O “projecto de restauro” deverá basear-se num conjunto de opções técnicas apropriadas e ser elaborado segundo um processo cognitivo que integra a recolha de informações e a compreensão do edifício ou do sítio. Este processo pode incluir o estudo dos materiais tradicionais, ou novos, o estudo estrutural, análises gráficas e dimensionais e a identificação dos significados histórico, artístico e sócio-cultural. No projecto de restauro devem participar todas as disciplinas pertinentes e a coordenação deve ser levada a cabo por uma pessoa qualificada na área da conservação e restauro”.

Além disso, a “Carta de Cracóvia” dá particular destaque à integração da decoração arquitetónica, das esculturas e dos elementos artísticos no projeto de restauro, afirmando doutrinariamente “a integração como uma parte substancial do património construído” e, acima de tudo, a sua especificidade.

Em janeiro de 2000, no âmbito de apresentação de uma candidatura ao Plano Operacional de Cultura (POC), a Direção Regional do Porto do IPPAR apresenta um plano estratégico onde sistematiza os princípios gerais de intervenção que são assim esclarecidos⁴²:

“Melhorar as condições físicas do conjunto a fim de que o mesmo desempenhe qualificadamente as funções que lhe estão cometidas:

- culturais, inerentes à paróquia
- culturais, inerentes ao bispado
- culturais, inerentes ao estatuto de monumento.

O âmbito da maior parte das acções que se propõem, respondem em benefício recíproco, aos três níveis de objectivos atrás referidos:

1. Corrigir avarias ao nível dos elementos da estrutura construtiva
2. Actualizar as infraestruturas técnicas e os serviços de apoio
3. Conservar e restaurar o património artístico integrado

Acções correspondentes ao âmbito das funções culturais:

1. Reajustar o organograma funcional em benefício do acolhimento de visitantes e mais-valia do circuito de visita
2. Valorizar o monumento – explorar e divulgar as suas valências enquanto documento (histórico, arquitectónico, artístico, arqueológico)”.

A proposta então apresentada, e a documentação produzida pela tutela nos primeiros anos do século XXI, demonstram bem como a Sé do Porto é vista pelas várias entidades administrantes, cujos esforços vão convergindo progressivamente⁴³ e cada vez mais, como veremos. Efetivamente, em 2002 tem-se já clara consciência que o estatuto de Monumento Nacional da Sé do Porto, a que equivale a valência cultural do conjunto, se associa claramente ao carácter religioso e de prestígio que esteve na sua origem e que se consubstancia no “regular funcionamento do culto e (d)as funções inerentes à sede do bispado”⁴⁴.

Prova desta condição de Monumento Nacional é o elenco das acções projetadas em 1999 para o complexo catedralício, cujo valor global de investimento se estima situar-se nos “300.000 contos”⁴⁶, e que conferem um particular destaque, inclusive em termos de dotação orçamental, ao património integrado de todo o edifício. Asseguram-se desta forma as funções culturais e cultuais e disso tinha plena consciência a tutela⁴⁷:

“(…) quando um retábulo recupera por acção de restauro a sua identidade estética, amplia as faculdades que lhe são inerentes tanto na vertente simbólica da cultura como na esfera da mensagem religiosa. Não será por acaso que culto e cultura possuem a mesma raíz etimológica”.

Os primeiros anos do século XXI são marcados por muitas acções de diversa natureza que, determinadas pela sua urgência e/ou pelas dotações disponíveis, foram sendo concretizadas. Em 1999 estava já prevista uma intervenção global e consequente em vários espaços do complexo catedralício, conciliando a urgência da realização de trabalhos no âmbito da estrutura construtiva e do seu revestimento, trabalhos direccionados para a conservação e restauro do património integrado, mas também a implementação de projetos que, através da requalificação de espaços, contribuíram para a valorização da experiência de visita cultural e, logo, para a sua fruição. São disso exemplo a instalação da unidade museológica do “Tesouro da Sé”, na Casa do Cabido, e a futura criação do circuito de visita à Catedral e consequente adaptação do piso térreo do mesmo edifício.

1. Corrigir avarias ao nível dos elementos da estrutura constructiva	
Reabilitação das torres sineiras e coberturas da ala sul/poente	30.000 c.
Reabilitação das coberturas da capela do Santíssimo e da sacristia paroquial, bem como a conservação e o restauro do interior destes dois espaços	30.000 c.
Reabilitação das fachadas / projecto e obra	42.000 c.
Consolidação e renovação de rebocos interiores (escadas do claustro e seus desvãos, sala do recibo e sala capitular, capela de S. Vicente)	3.000 c.
Substituição das caixilharias da sacristia gótica	4.500 c.
Protecção dos painéis de azulejos da galeria superior do claustro/ projecto e obra	10.000 c.
Substituição das caixilharias que vedam os retábulos do claustro gótico	2.700 c.
	122.000 c.
2. Actualizar as infraestruturas técnicas e serviços de apoio	
Instalação de sistema de segurança contra intrusão, revisão da instalação eléctrica e substituição do sistema de iluminação (igreja, claustros e capelas anexas, sacristia gótica, sala capitular, sala do recibo)/ projecto e obra	25.000 c.
Remodelação das instalações sanitárias / projecto e obra	7.000 c.
.../...	32.000 c.
3. Conservar e restaurar o património artístico integrado	
Sacristia gótica – talha dourada e estatuária	16.000 c.
Capela de S. Vicente – talha dourada, pintura e estatuária	22.000 c.
Capela-mor – talha dourada, estatuária, cadeiral e pinturas sobre granito	40.000 c.
Capela do Santíssimo – prata e estuques pintados	12.000 c.
Capela de Nossa Senhora da Piedade – azulejos, consolidação da taipa, tratamento do tecto	4.000 c.
	94.000 c.
4. Reajustes ao organograma funcional e requalificação de espaços	
Adaptação dos anexos da sacristia gótica para instalação do cabido e da reserva de peças / projecto e obra	15.000 c.
Adaptação do espaço actualmente ocupado pelo cabido/ sacristia para recepção de visitantes e espaço explicativo/ projecto e obra	3.000 c.
Revisão do coberto vegetal do pátio adjacente à capela-mor	500 c.
Revisão do pavimento da claustro velha (inclui prospecção arqueológica)	6.000 c.
	24.500 c.
5. Valorização	
Edição de compêndio monográfico	4.000 c.
Edição de folheto, postais, diapositivos	3.000 c.
Aquisição de equipamento informático/ espaço explicativo	1.500 c.
	8.500 c.
Total:	281.000 c.

“Ações específicas e custos estimados” para a reabilitação da Sé do Porto (2000, arquiv@ - arquivo online do Património Cultural, I.P.©⁴⁵).

Em momento de balanço da obra executada respeitante ao período compreendido entre o ano 2000 e 2006, o IPPAR apresentou um ponto de situação do “Programa de reabilitação e valorização da Sé do Porto” considerando que, à data de 2000, o “seu estado de conservação é bom, possuindo o templo condições de visita consideradas normais, as quais é necessário, no entanto, melhorar”⁴⁸. O total do investimento efetuado na Catedral, entre 1993 e 1999, ascendia então cerca de “95.000 contos”⁴⁹.

No âmbito da tutela, o nome da Arquiteta Ângela Melo é incontornável pela responsabilidade que teve na gestão das intervenções realizadas no complexo catedralício. De acordo com as suas palavras, o maior desafio colocado pelo edifício da Sé do Porto era o facto de este ser “hibrido e cristalizado sob a forma de passado perpétuo, que não nos pareceu [à autora] que admitisse tão cedo, pelo menos sem «dor», recombinações ou redesenho. (...) e a perceber, afinal, que o falso «self» da catedral que resultou do anterior restauro era hoje o verdadeiro «self» da catedral transformada em monumento. Uma identidade mais contingente, mas nem por isso menos representativa”⁵⁰.

Nos anos 2000, e concordante com o plano estratégico apresentado, constituiu-se na Sé do Porto o restauro “como programa, levado a cabo por uma intervenção que se afigura mais como uma «não intervenção», mas onde o apagamento não é igual a «facing», pois que existem graus diversos de interferência, sendo alguns profundos”⁵¹.

Em 2002, e já enquadrada pelo III QCA-POC, está em curso uma empreitada de recuperação das torres sineiras. Tal como acontecera com a intervenção realizada na capela do Santíssimo Sacramento, coube a responsabilidade do projeto ao Arquitecto Fernando Távora. É de destacar que, tratando-se de um dos mais importantes nomes da arquitetura portuguesa dos finais do século XX, o seu envolvimento na Catedral Portuense, para lá do projeto do “Tesouro da Sé”, tem passado despercebido, não obstante sabermos que este arquiteto esteve sempre presente em todas as intervenções que reclamaram projeto de arquitetura: recuperação das torres sineiras e dos exteriores da Casa do Cabido e da ala sul do claustro gótico⁵². E tal como afirmou Ângela Melo em 2002, acrescentava-se definitivamente então, e agora com o presente estudo, “uma autoria de prestígio à lista de mestres que durante oito séculos fizeram obra neste edifício e, dos quais, nos permitimos destacar, Nicolau Nasoni”⁵³.

A intervenção nas torres sineiras enquadra-se, portanto, nesta estratégia de reabilitação estrutural estabelecida para a Sé do Porto, dando resposta ao programa previamente definido. Recorrendo às tecnologias mais evoluídas à época, mas não descurando o seu cruzamento “com os elementos disponíveis sobre a evolução histórica do edifício”⁵⁴, foi realizado um estudo profundo ao nível das dimensões volumétricas e estruturais das duas torres sineiras. De facto, foi possível verificar que a estrutura das torres “é particularmente complexa, não apresentando uma estrutura comum para os vários níveis nem idêntica em ambas as torres”⁵⁵. Foram caracterizadas a alvenaria e as argamassas que enformam as torres e diagnosticadas as suas patologias tais como movimentos e deficiências na ligação entre os vários panos e foram cartografadas as fendas, as lacunas e as fissuras nas juntas da alvenaria. A torre sul aparentava estar mais afetada que a torre norte⁵⁶. Perante tal circunstância, para diferentes diagnósticos, soluções distintas. Além da realização de várias ações de consolidação, do refechamento de juntas e da substituição de elementos de ferro corroídos por outros em aço inoxidável, foi instalado na torre sul um sistema de mo-

nitorização dotado de equipamentos destinados a medir a inclinação da torre e outros para controle dos valores de temperatura, humidade e vento. Optou-se por um sistema de monitorização estático, por fornecer uma grande diversidade de informação e dados de compreensão imediata que passaram a permitir “detectar a uma macro-escala alterações no comportamento global da estrutura”⁵⁷, tendo este equipamento funcionado entre novembro de 2004 e novembro de 2011. A “Memória Descritiva e Justificativa do Plano de Monitorização da Torre Sul da Sé do Porto” esclarece-o, de forma clara:

“A realização do plano de monitorização permitirá identificar possíveis fenómenos não estabilizados da estrutura e será uma base para quaisquer trabalhos futuros de manutenção e reforço. Além disso, o sistema de monitorização proposto é computadorizado, estando apto a fornecer em tempo real (se necessário) a informação necessária para a análise e avaliação da segurança, podendo também funcionar como alarme da estrutura”⁵⁸.

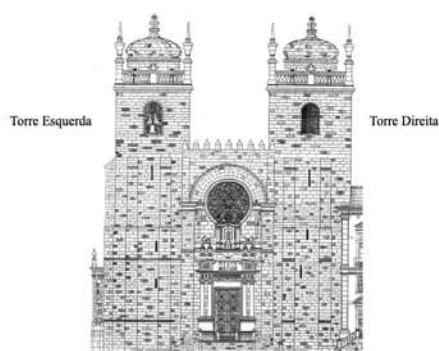


Figura 3.1 – Aspecto da fachada principal da Sé do Porto.

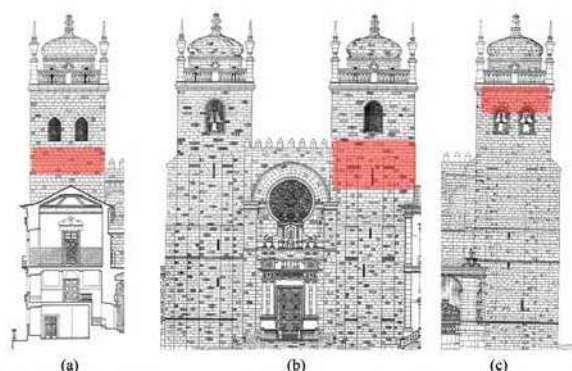
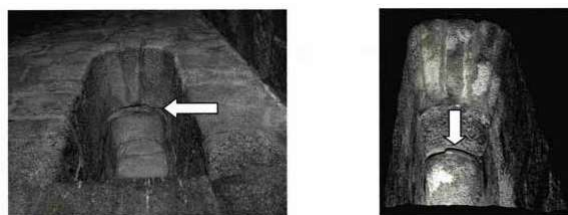
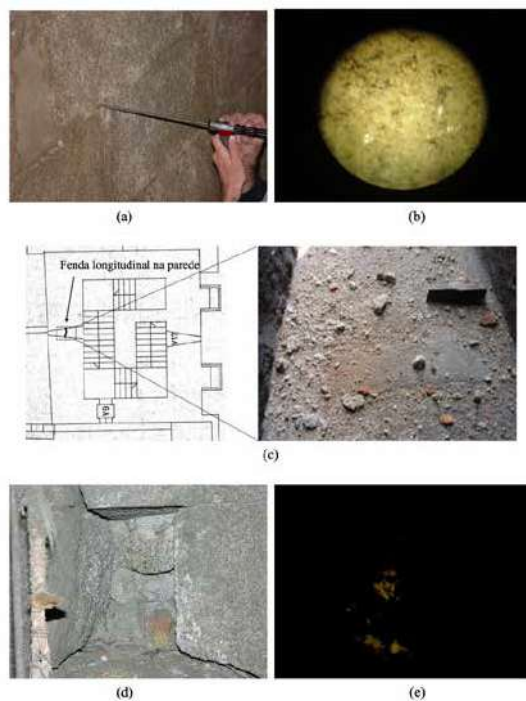
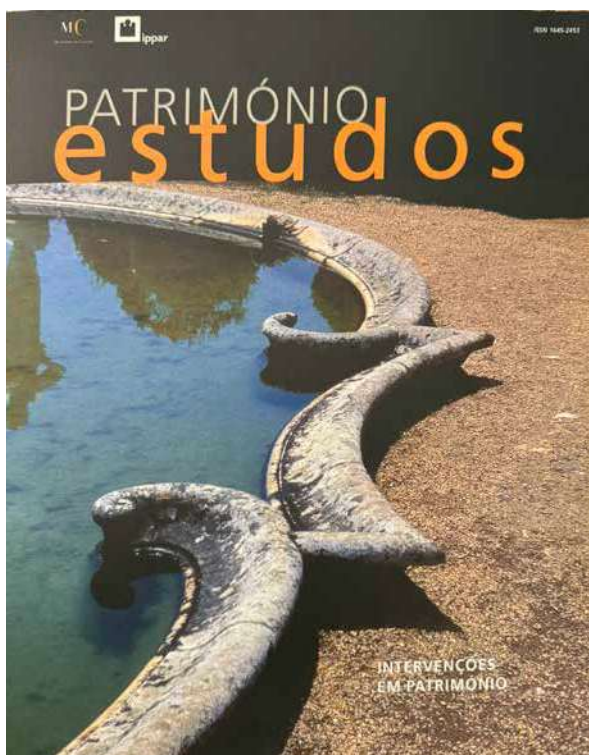


Figura 3.6 – Torre direita, zonas com “barrigas” para o exterior visíveis sem equipamento auxiliar de medição (a sombreado): (a) paramento sul, (b) paramento nascente (representado no paramento poente) e (c) paramento norte (representado no alçado lateral da torre esquerda)



Sé do Porto – Diagnóstico e inspeção das torres (2002, Universidade do Minho©, fotografias e ilustrações de Paulo B. Lourenço e Konrad J. Krakowiak⁵⁹).



Capa da revista "Património Estudos" N.º 8, publicada em 2005 pelo IPPAR (2005, Património Cultural, I.P.©).

Esta, e as demais ações realizadas nestes primeiros anos do século XXI, configuram, assim, um projeto concebido como "directiva suficientemente em aberto, que se foi adaptando à imprevisibilidade, aliás, familiar nas intervenções em construções históricas, onde a anatomia se processa por aproximações sucessivas e sob o olhar de diversas disciplinas"⁶⁰. Entre os anos de 2000 e 2003, assumiu-se uma metodologia de intervenção discutida e plural, que resulta de um coletivo e não tanto de uma obra de autor⁶¹. A aplicação desta metodologia e seus primeiros resultados foram memorados com a publicação de vários artigos dedicados à Sé do Porto enquanto monumento, no volume n.º 8 da revista "Património Estudos" do IPPAR, apresentada publicamente na Catedral no final de 2005.

Dando resposta à necessidade da reabilitação estrutural do complexo arquitetónico da Sé do Porto, as ações identificadas destacam-se pelo cuidado da parte da tutela, e dos técnicos, por aquilo a que a Arquiteta Ângela Melo chamou da "verdade do edifício"⁶². Em sede de estaleiro de obra foram mobilizados vários profissionais, assumiu-se o "diálogo como metodologia"⁶³, integrando-se agora ações de investigação, consultadoria e peritagens. Estabeleceram-se planos de monitorização, realizaram-se ensaios e foram feitos diversos levantamentos. Destaca-se a inclusão de contributos académicos, como o da Engenharia Civil, da Universidade do Minho ou do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), e a participação de técnicos e de empresas altamente qualificadas e especializadas em intervenções no património histórico, como atesta a documentação submetida para apreciação em momento prévio à contratação da ação, que pudemos consultar nos processos disponíveis no arquiv@. Foi isto possível na sequência da Lei-Base do Património Cultural n.º 107/01 de 8 de setembro de 2001 que, no seu artigo 4º, estipula os princípios que orientam a política de contratualização, que se traduzem no estabelecimento de protocolos elaborados com parceiros privilegiados, nos quais se definem o objeto, as finalidades e as responsabilidades dos respetivos outorgantes. A política da contratualização permitiu de um modo geral, e em particular para a Sé do Porto, fazer convergir esforços e vontades de vários atores "na procura da salvaguarda, recuperação e valorização do património cultural"⁶⁴.



Perspetiva da Sé do Porto a partir de sudeste, vendo-se a intervenção no lanternim (2005, fotografia de Maria Leonor Botelho©).

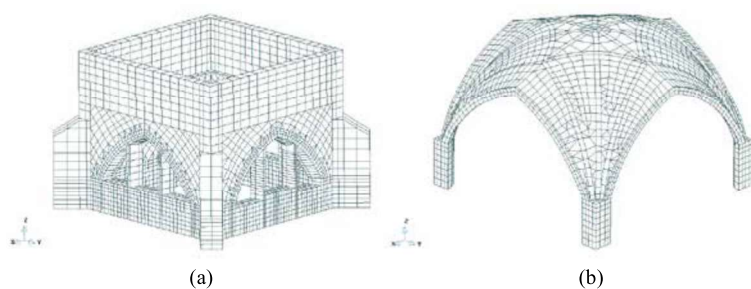


Figura 16 – Modelo de elementos finitos desenvolvido: (a) modelo completo; (b) abóbada e respectivos apoios

Diagnóstico e análise da estabilidade do lanternim da Sé do Porto (2002, Universidade do Minho©, ilustrações de Paulo B. Lourenço e Francisco M. Fernandes⁶⁵).

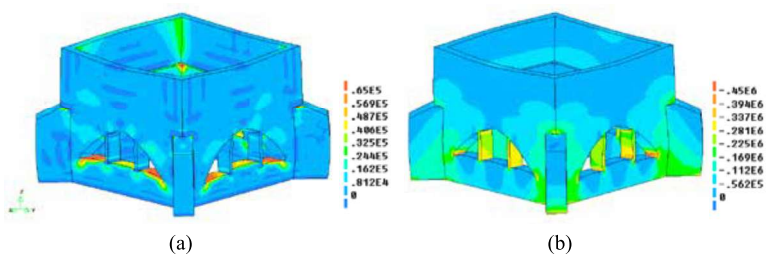


Figura 18 – Resultados para combinação G sobre malha deformada: (a) tensões principais máximas; (b) tensões principais mínimas. Resultados em Pa

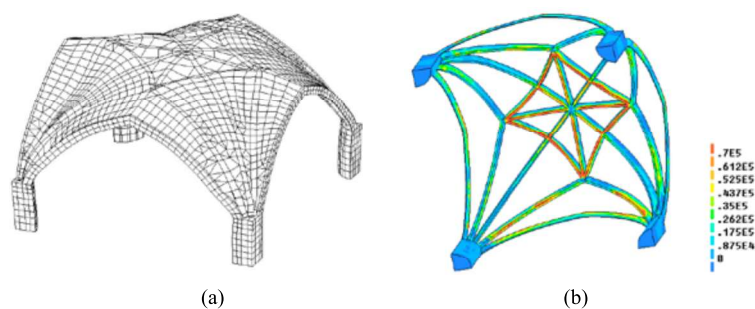


Figura 19 – Resultados na abóbada para combinação G : (a) malha deformada, vista superior; (b) tensões principais máximas nas nervuras, vista inferior (Resultados em Pa)

Desligado já do princípio de criação de obra nova e assumindo a “verdade do edifício”, como nos esclarece a arquiteta responsável pelo programa, “o critério de recuperação construtiva e arquitectónica centrou-se fundamentalmente na conservação da matéria patrimonial e na desaceleração do seu desgaste, o que equivale em termos operativos a desinfestar, hidrofogar, ventilar, proteger e monitorizar”⁶⁶. Daqui decorreu uma nova aprendizagem, agora ligada aos materiais e às estruturas, à percepção da sua própria reação e das efetivas e possíveis inter-reacções⁶⁷.

Assim, nas primeiras décadas do século XXI, e pela consulta dos processos documentais do arquiv@, pudemos identificar diversas ações, por todo o complexo catedralício, que sistematizamos de forma global e cronologicamente na tabela seguinte.

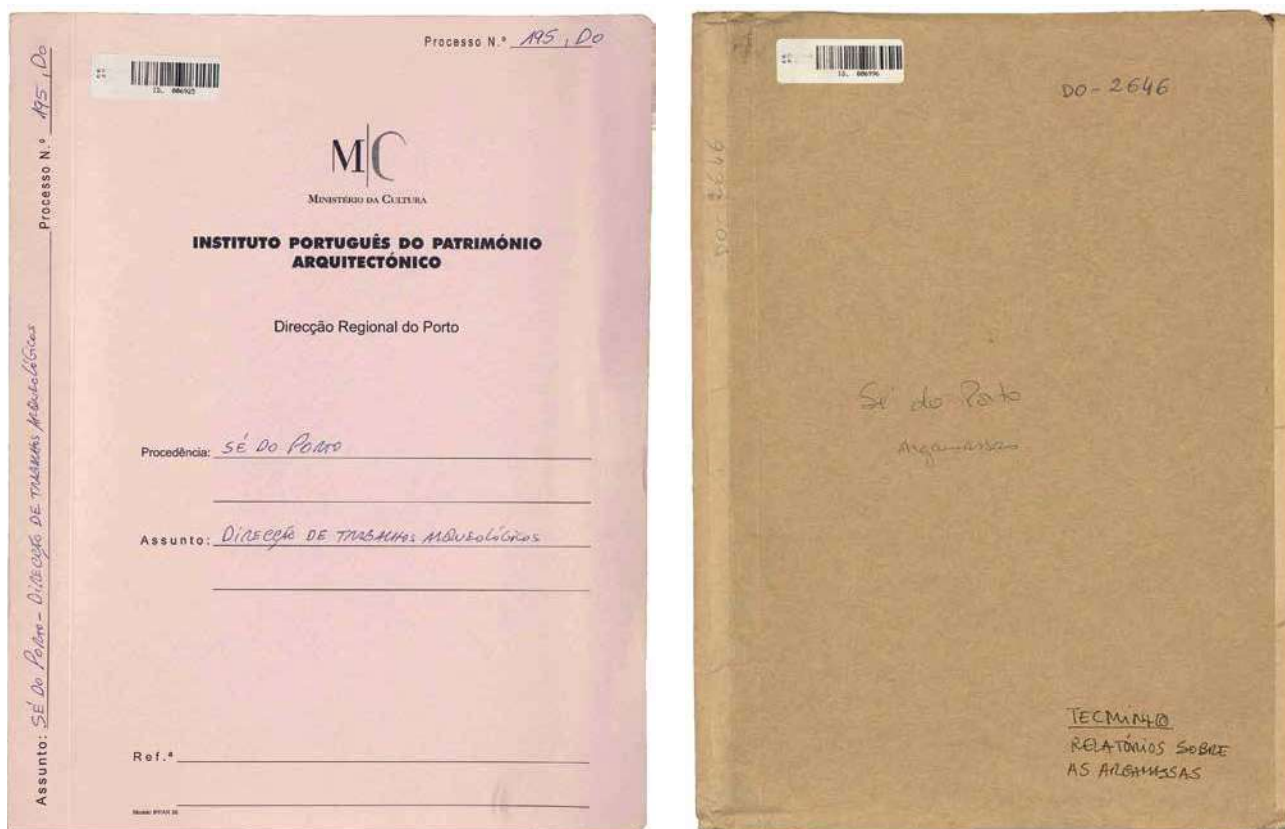


Intervenção nas torres da Sé do Porto (2003, fotografias de Maria Leonor Botelho©).



DATA	ACÇÃO	LOCAL
2000	Sé do Porto - Diagnóstico - estado de conservação dos estuques da Capela do Santíssimo e da Sacristia anexa.	Capela do Santíssimo Sacramento e Sacristia norte
2000/2002	Sé Catedral do Porto - Diagnóstico do estado de conservação da pedra do Claustro Gótico	Claustro Gótico
2001/2002	Sé do Porto - Diagnóstico / estabilidade da abóbada da cobertura da Capela - Mor.	Capela-mor
2002	Sé Catedral do Porto - Diagnóstico do estado de conservação da pedra da fachada.	Fachada ocidental da Sé
2002	Sé Catedral do Porto - Realização de análises de argamassas.	Igreja da Sé
2002/2003	Sé Catedral do Porto - Diagnóstico sobre o estado de conservação das madeiras.	Igreja da Sé
	Sé do Porto - Diagnóstico e inspeção das torres.	Torres
	Sé do Porto - Diagnóstico à estabilidade estrutural das torres.	Torres
2002/2004	Sé do Porto - Levantamento e projeto de reforço estrutural das torres.	Torres
2003	Levantamento sumário do estado de conservação das pedras dos vãos da fachada poente da Casa do Cabido da Sé e dos vãos da fachada sul da Capela de S. Vicente.	Casa do Cabido Capela de São Vicente
	Sé Catedral do Porto - Diagnóstico da estrutura de suporte / Sondagens para avaliação do estado sanitário das madeiras (Capela de São Vicente).	Capela de São Vicente
2003/2004	Sé do Porto - Estudo sobre o comportamento de rebocos à base de cal.	Igreja da Sé
2004	Sé Catedral do Porto - Lanternim do transepto - Diagnóstico à estabilidade estrutural.	Lanternim / Torre Cruzeira
	Sé do Porto - Levantamento da geometria do lanternim.	Lanternim / Torre Cruzeira
	Sé Catedral do Porto - Levantamento ortofotogramétrico do pano central da fachada da Igreja	Fachada ocidental da Sé
2004/2005	Relatório sobre a monitorização estática da Torre Sul da Sé do Porto	Torre Sul
2004/2006	Sé do Porto - Torre Sul - Fornecimento, instalação e manutenção de sistema de monitorização.	Torre Sul
2005	Sé do Porto - Mapeamento da fachada em granito do portal principal.	Fachada ocidental da Sé
2005/2007	Sé do Porto - Consolidação estrutural do lanternim.	Lanternim
2005/2007	Sé do Porto - Capela do Santíssimo e Sacristia norte - Levantamento topográfico e fotográfico das coberturas exteriores.	Capela do Santíssimo Sacramento e Sacristia norte
2005/2011	Sé do Porto - Plano de monitorização - Torre Sul.	Torre sul
2006	Sé do Porto - Realização de ensaios de determinação de sais solúveis - Fachada da Igreja	Fachada ocidental da Sé
2007	Levantamento desenhado da fachada da Sé de Porto	Fachada ocidental da Sé
2010/2013	Sé Catedral do Porto - Adjudicação - Torre Sul - Fornecimento, instalação e manutenção de sistema de monitorização	Torre sul
2013/2018	Sé do Porto - Diagnóstico e projetos: Instabilidade estrutural, escadaria Nasoni	Escadaria Nicolau Nasoni
2014	Inspeção ao sistema de monitorização instalado na Torre Sul - Sé do Porto	Torre sul

Elenco das principais ações de diagnóstico, estudo e levantamentos realizadas na Sé do Porto (2000-2014) a partir dos processos consultados no arquiv@ (2023, arquiv@ - arquivo online do Património Cultural, I.P.©).



Capas dos processos de trabalhos arqueológicos e do relatório sobre argamassas consultados no arquiv@ (2002, arquiv@ - arquivo online do Património Cultural, I.P.©⁶⁸).

O ano de 2006 é marcado por uma profunda reformulação da Administração Pública (Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado - PRACE), da qual resultou, por um lado, a extinção da D.G.E.M.N. e do IPPAR, e por outro, a criação do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P. (IGESPAR, I.P.) e das Direções Regionais de Cultura (DRC), incluindo a do Norte (DRCN)⁶⁹. O IGESPAR assumiu, a partir de 2007, responsabilidades na área da salvaguarda sob a alçada do Ministério da Cultura, cabendo-lhe particularmente a instrução dos Processos de Classificação, bem como a competência autorizativa, através da emissão de pareceres vinculativos, de obras em imóveis classificados, em vias de classificação ou situados em áreas protegidas - Zonas de Proteção (ZP) e/ou Zonas Especiais de Proteção (ZEP) de imóveis, sítios ou conjuntos classificados. Neste novo quadro administrativo, e em articulação com o IGESPAR, coube às DRC a execução de obras, sendo que se deu continuidade ao programa estabelecido para a Sé do Porto. Para as DRC tinham transitado as competências, atribuições e pessoal das anteriores Direções Regionais do IPPAR, das Delegações Regionais de Cultura e da Divisão de Monumentos da D.G.E.M.N.⁷⁰.

Efetivamente, ao longo das ações desenvolvidas nos últimos anos, encontramos eco daquilo que em 2002 se antecipou desta forma⁷¹:

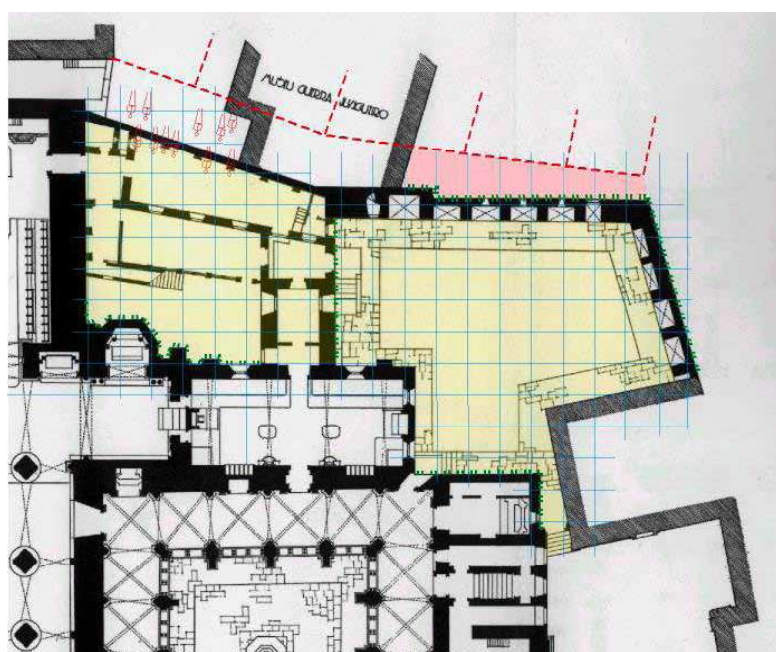
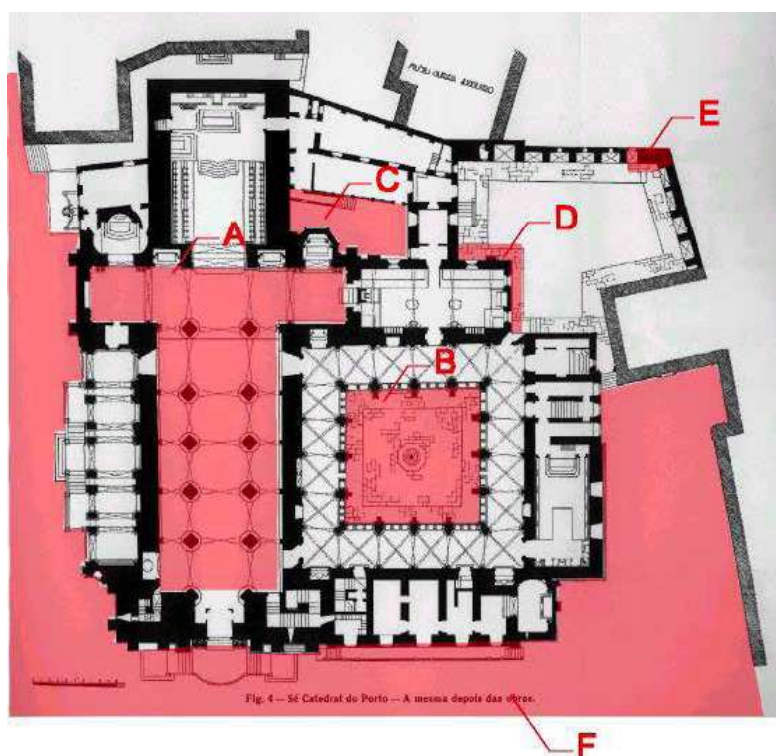
“Com efeito, a vida de uma catedral passa por uma permanente obra de zelo, muitas vezes sem grande visibilidade é certo, mas fundamental para proteger o edifício e o seu recheio. Vistoriar, diagnosticar, limpar, acomodar, desinfestar, restaurar, proteger, reparar, consolidar, monitorizar, inventariar, são tipos de acção em contínuo, para além dos momentos de intervenção mais forte, em filiação, aliás, do que é revelado pela própria história do edifício, que ao longo dos vários séculos foi atravessado por um permanente estaleiro de obra administrado por ‘fábricas’ que se individualizaram pelo «gosto», capacidade de acção e modos de construir”.

Nos anos 2000 identifica-se um rigor cada vez maior nas obras a realizar, consequência evidente da ampliação do conhecimento sobre o monumento ao nível dos materiais e seus comportamentos, mas também da sua dinâmica estrutural. De facto, a realização de diagnósticos, de registos e de levantamentos, mas também a implementação de ações de monitorização e de fiscalização, geraram uma imensidão de relatórios técnicos e científicos, hoje acessíveis no *arquiv@*. A pesquisa dos mesmos permite-nos perceber a espessura do conhecimento produzido em torno da Sé do Porto, o qual não estava acessível a um público mais alargado. De facto, o estudo de detalhe das informações e dos dados recolhidos, bem como a sua publicação, contextualizando as ações e interpretando-as à luz das práticas em voga, afigura-se-nos como uma mais-valia para o conhecimento da Catedral. Os cadernos dedicados a este edifício na publicação de 2005 do IPPAR, acima referenciada, demonstram-no.

As ações realizadas tiveram sempre presente a longevidade da fábrica, ou das fábricas, da Sé. Além de se terem executado levantamentos e registos que visaram cartografar o edifício e o seu património integrado aos mais diversos níveis, foram realizados estudos históricos e fizeram-se várias campanhas de escavações arqueológicas.

Efetivamente, à época da execução do vasto Programa de intervenções na Catedral, verificou-se que “o conhecimento produzido sobre o monumento” era “muito parcial privilegiando em particular o momento da intensa renovação” do século XVIII⁷². Face às lacunas identificadas no âmbito do estabelecimento da sequência construtiva do monumento, coube a Paulo Dordio Gomes a realização de um estudo histórico e arqueológico do monumento, inédito, mas necessário a uma correta tomada de decisões⁷³. O confronto entre aquilo que atrás se denomina como “verdade do monumento” com a documentação histórica, surge aqui como uma novidade no

âmbito da metodologia de intervenção no mesmo, a qual se deseja cada vez mais informada e sustentada. Devemos a este estudo, eminentemente problematizante, a tentativa de delimitação das lacunas identificadas no estabelecimento da sequência construtiva, dele decorrendo um plano de investigação que incluía, entre as suas ações, a realização de escavações arqueológicas⁷⁴.



- Zona disponível para escavações arqueológicas
- Zona desaterrada
- ■ ■ Análise de paramentos

Estudo histórico e arqueológico elaborado por Paulo Dórdio Gomes (2005, ilustrações de Paulo Dórdio Gomes⁷⁵).

A primeira campanha arqueológica, iniciada em 2003, centrou-se no pátio da Sacristia Norte. Permitiu, esta ação, obter “uma amostra do registo que se preserva no subsolo da catedral no qual se destaca a importância dos níveis do cemitério do adro com sepulturas e enterramentos” datáveis dos séculos XII a XVI⁷⁶. Eram já conhecidas desde 1933 as sepulturas escavadas na rocha sob o portal ocidental da igreja. Acrescentou-se agora um novo conjunto importante de informações arqueológicas de sepulturas e respetivos enterramentos, o que permitiu completar o conhecimento existente com dados da antropologia física.

Paralelamente, realizou-se um levantamento arquivístico que teve como “problemática prioritária da investigação o estudo do cemitério da Sé, sua organização interna e evolução, procurando desenvolver a complementaridade” com as informações fornecidas pela arqueologia⁷⁷. Os primeiros resultados deste exercício de compreensão daquilo que foi o “cemitério do Bispo” foram publicados por Paulo Dordio Gomes em 2005.



Campanha arqueológica centrada no pátio da Sacristia (2003, fotografias de Maria Leonor Botelho©).



1996/2005	Sé do Porto - Estudo Histórico / Arqueológico	
2001	Sé do Porto - Levantamento fotográfico - Abóbada da Capela-mor.	Capela-mor
	Sé do Porto - Levantamento de lajes do pavimento - Salas sob a Sacristia Paroquial.	Capela do Santíssimo Sacramento e Sacristia Norte
2002	Ortofotografias digitais e de pormenor dos azulejos - Capela de N. S. da Piedade	Capela de N. S. da Piedade
2003/2004	Sé do Porto - Direcção de trabalhos arqueológicos.	
2003/2007	Sé do Porto - Trabalhos arqueológicos: escavação no Pátio da Sacristia Pequena	Pátio da Sacristia norte
2005/2007	Sé do Porto - Capela do Santíssimo e Sacristia Norte - Levantamento topográfico e fotográfico das coberturas exteriores.	Capela do Santíssimo Sacramento e sacristia norte
2006	Sé do Porto - Projecto de adaptação anexos da Sacristia Gótica - Estudo Geológico - Geotécnico do maciço de fundação.	Sacristia Gótica
	Sé Catedral do Porto - Relatório do Estudo Geológico-Geotécnico de uma área Escavada no Maciço de Fundação da Sé.	Sacristia Gótica
	Sé do Porto - Trabalhos arqueológicos - Acompanhamento dos trabalhos de limpeza e aterro da zona intervencionada no pátio Norte	Pátio da Sacristia norte

Elenco das principais ações de investigação, trabalhos arqueológicos e estudos que permitiram um conhecimento mais pormenorizado da Sé do Porto (1996-2006) a partir dos processos consultados no *arquiv@* (2023, *arquiv@* - arquivo online do Património Cultural, I.P.©).

Através da consulta dos processos do *arquiv@* relativos à Sé do Porto, percecionamos a espessura do conhecimento produzido com o concurso das mais diversas áreas disciplinares, que vão da história da arte e arqueologia, mas também da conservação e restauro à engenharia civil, passando pela química ou engenharia dos materiais. É clara a preocupação em conhecer o monumento para lá daquilo que é visível a olho nu, na sua espessura material e estrutural, documental e arqueológica, e prever comportamentos futuros. Por esta razão, mas também porque a *praxis* assim o determina, começa-se gradualmente a deixar nota técnica das especificidades dos equipamentos e materiais utilizados nas ações de conservação, de monitorização e, também, de prevenção.

Esta metodologia alarga-se ao património integrado e ao património móvel da Sé, prevalecendo uma leitura que se quer cada vez mais holística sobre um edifício que, sendo catedral, é também assumidamente, um monumento histórico, mas que afirma paulatinamente a sua condição de equipamento cultural.

DATA	AÇÃO	LOCAL
1996	Sé do Porto - Elaboração de diagnóstico do retábulo em prata da Capela do Santíssimo Sacramento da Sé, ensaio de metodologias inovadoras de intervenção	Altar de Prata
1996	Relatório do Estado de Conservação do Retábulo em Prata do Santíssimo Sacramento e das espécies escultóricas em madeira policromada da Sé do Porto (duplicado)	Altar de Prata
2000	Sé do Porto - Diagnóstico - estado de conservação dos estuques da Capela do Santíssimo e da Sacristia anexa.	Capela do Santíssimo Sacramento e Sacristia Norte
2000/2001	Sé do Porto - Reforço estrutural do arcaz da Sacristia Gótica.	Sacristia Gótica
2002	Sé do Porto - Trabalho ortofotogramétrico de pormenor do revestimento azulejar da Capela da Piedade do Claustro.	Capela de N. S. da Piedade
2003	Sé Catedral do Porto - Diagnóstico / estabilidade / Capela de S. Vicente	Capela de S. Vicente
2005/2008	Sé do Porto - Estudo da corrosão do altar de prata da Capela do Santíssimo Sacramento	Altar de Prata
2015	Conservação e restauro das caixas dos dois órgãos e recuperação das dependências diretas — capela-mor — Sé Catedral do Porto	Capela-mor

Elenco das principais ações de conservação e restauro do património integrado e móvel da Sé do Porto (1996-2015) a partir dos processos consultados no arquiv@ (2023, arquiv@ - arquivo online do Património Cultural, I.P.©).

CULTO E CULTURA: DO EQUIPAMENTO CULTURAL E DO ESPAÇO LITÚRGICO

Em 2004 foi celebrada a “Nova Concordata” entre o Estado Português e a Santa Sé⁷⁸. Inovando e atualizando a Concordata de 1940, este documento traz novidades em matéria de gestão do património de origem religiosa que explicam as novas dinâmicas que identificamos entre a tutela e o Cabido na gestão da Sé do Porto nos anos 2000.

O seu artigo 22º, decalca o artigo 6º da Concordata de 1940, que transcrevemos:

“Os imóveis que, nos termos do artigo VI da Concordata de 7 de Maio de 1940, estavam ou tenham sido classificados como «monumentos nacionais» ou de «interesse público» continuam com afectação permanente ao serviço da Igreja. Ao Estado cabe a sua conservação, reparação e restauro de harmonia com o plano estabelecido de acordo com a autoridade eclesiástica (...); à Igreja incumbe a sua guarda e regime interno, designadamente no que respeita ao horário de visitas”.

Contudo, a Concordata de 2004 inova apresentando substantivas alterações em relação à anterior e, acima de tudo, pelo facto de estabelecer, a partir de então, uma relação de paridade entre a Igreja e o Estado, prevendo uma partilha de responsabilidades, nomeadamente ao nível das questões de propriedade, de guarda e de uso. Efetivamente, no seu artigo 23º, ambas as instituições, Estado e Igreja, declaram o mútuo empenho na “salvaguarda, valorização e fruição dos bens, móveis e imóveis, de propriedade da Igreja Católica ou de pessoas jurídicas canónicas reconhecidas, que integram o património cultural português”⁷⁹.

Neste quadro, vemos ser celebrado em 2009, um “Acordo de Cooperação” entre o Ministério da Cultura e a Conferência Episcopal Portuguesa. Ficaram tutelares e encarregues de dar seguimento ao projeto, pelo lado do Estado, o IGESPAR, e pelo lado da Igreja, a Comissão Episcopal de Cultura, Bens Culturais e Comunicações Sociais⁸⁰. Na sequência do PRACE, como dissemos já, em 2006 foram igualmente criadas as DRC. Contando com autonomia administrativa, as DRC agregaram, entre outras competências, “a afectação para efeitos de gestão dos monumentos, conjuntos e sítios situados dentro dos limites da respectiva circunscrição territorial, e para a criação de condições para a sua fruição pelo público – e neste caso, das catedrais com uso e afectação permanente ao serviço da Igreja para a prossecução do culto”⁸¹. Do lado da Igreja, estava igualmente em curso há já vários anos um processo semelhante de reorganização dos seus organismos internos, destacando-se para este contexto o Secretariado Nacional dos Bens Culturais da Igreja (SNBCI), órgão executivo que decorre da decisão da Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa de 2005 de integrar numa só Comissão Episcopal as áreas da Cultura, das Comunicações Sociais e dos Bens Culturais da Igreja, sob a presidência do Bispo Auxiliar de Lisboa, à época, D. Manuel Clemente⁸². Os anos compreendidos entre 2005 e 2010 foram ricos na produção de orientações pastorais diocesanas sobre património⁸³.

Ora, se tínhamos percecionado já um esforço de ambas as partes no campo da salvaguarda e reabilitação da Sé do Porto, cujas primeiras ações remontam à década de 1960, vemos agora, e nos anos 2000, a criação de um quadro institucional e paritário ao nível das responsabilidades perante o património classificado de origem religiosa. Reunidas as vontades e criado o quadro de atuação no seio de cada uma das entidades, surge assim oportunidade para encetar um importante “Acordo de Cooperação entre o Ministério da Cultura e a Conferência Episcopal Portuguesa para a implementação do projeto «Rota das Catedrais»”, firmado a 30 de junho de 2009 pelo Ministro da Cultura, José António Pinto Ribeiro, e pelo Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, D. Jorge Ferreira da Costa Ortiga. Volvidos quase 100 anos sobre a cisão criada pela “Lei da Separação do Estado e das Igrejas”, vemos agora a materialização de esforços conjuntos no sentido da valorização articulada do património cultural de origem religiosa, e em particular, das 24 catedrais portuguesas, cujos ecos se vão fazer sentir de forma mais evidente nos anos seguintes. Um dos aspetos previstos neste acordo foi o da instrução conjunta de candidaturas e sua apresentação no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) aos concursos de financiamento e cofinanciamento⁸⁴.

Uma das primeiras ações do SNBCI foi a realização de um inquérito aos Cabidos e Comissões Fabriqueiras das várias Dioceses, que permitiu a elaboração dos eixos de atuação a partir da auscultação das necessidades identificadas. Entre estas, devemos destacar que se tornou clara “a relativa capacidade de satisfação da função cultural face à insuficiência da componente cultural (...) seja para acolhimento de visitantes, seja na inexistência, em grande parte dos casos, de estruturas para acondicionamento e/ou exposição de peças móveis do património”⁸⁵.

No quadro do projeto promovido pela DRCN da Rota das Catedrais no Norte de Portugal, em harmonia com o disposto na Concordata de 2004 e aquilo que se estabelecia no “Acordo de Cooperação”, assumiu-se a execução das intervenções de carácter infraestrutural, “entre as quais se privilegiou a melhoria das condições de acesso e acolhimento dos visitantes”, implementando sempre que possível “a criação de regimes de acesso distintos”⁸⁶. Ora, é neste cenário que devemos compreender a execução do projeto de construção da nova Casa do Cabido na área do antigo pátio da Sacristia Gótica e da implementação do novo circuito de visita do complexo catedralício, inaugurado em 2014, ações que atrás referimos. Estava, portanto, consagrada uma “manifesta abertura para um uso alargado que reforçasse o carácter patrimonial e cultural das sés e catedrais”⁸⁷. E isto foi possível porque, anos antes, o investimento fora posto no “reforço da função”. Cabe invocar novamente aqui o espírito da intervenção realizada nos primeiros anos do século XXI e memorizada na publicação do IPPAR de 2005, na qual Ângela Melo explica que, no programa implementado, o plano funcional “se pode resumir por «mais catedral» e menos «museu»”⁸⁸. Alargada a todo o complexo catedralício, a atuação centrou-se no “reinvestimento da função, vivencial e simbólica, para a qual os espaços foram criados”⁸⁹. E tal como se estabeleceu na viragem do século, estavam reunidas as necessárias “condições físicas” para que fossem simultaneamente, levadas à prática, funções cultuais e culturais na Catedral Portucalense.

Cabendo ao Cabido a gestão do uso do espaço, nomeadamente no que respeita ao regime de visitas, ficará, portanto, encarregado da gestão dos recursos humanos necessários ao seu bom funcionamento e dos ingressos financeiros decorrentes das visitas culturais e turísticas ao complexo catedralício. É por demais conhecido o impacto que o crescimento da atividade turística teve na cidade do Porto na década de 2010, disso beneficiando naturalmente a Sé devido ao incremento substantivo do número de visitantes.

No início de 2017, o Cabido procurou tornar o circuito de visita à Catedral ainda mais atrativo. Assim, desenvolveu-se um projeto de integração no mesmo da “subida à Torre Sul, permitindo aos visitantes o desfrutar de uma visão única sobre o casario do Centro Histórico da Cidade do Porto, Centro Histórico de Vila Nova de Gaia, Rio Douro e horizonte até à Serra da Freitas”⁹⁰. O projeto, da responsabilidade do Arquiteto Carlos Castanheira, centrou-se na melhoria do acesso, na criação das necessárias condições de segurança e lumínicas na Torre Sul da Catedral.

Tirando proveito do crescendo de visitantes, mas também do quadro institucional previamente desenhado e do contexto pandémico que a partir de março de 2020 restringiu o acesso a espaços religiosos e a espaços culturais, vemos o Cabido Portucalense a apresentar, em fevereiro de 2021, com o apoio técnico da DRCN, o convite para apresentação da proposta “Sé do Porto – Trabalhos de Conservação e Restauro da Abóboda, Retábulo e Elementos Decorativos da Capela-mor”⁹¹.

No valor total de 1.225.337,83€, foi realizada uma integral intervenção de reabilitação da capela-mor da Catedral entre 2021 e 2023, contando com a colaboração de 112 técnicos e 11 empresas das mais diversas especialidades, incluindo conservação e restauro, análise de materiais, arquitetura, engenharia e construção civil, registo gráfico e imagético, não descurando, tal como já vinha sendo prática, a investigação documental e histórica. Trabalhando de forma integrada e articulada, foi implementada uma “rede de coordenação entre atividades e responsabilidade operativa” realizando um “restauro crítico, solidamente apoiado nos conhecimentos científicos actuais, baseando as acções na experiência de três décadas de actuação profissional específica e na capacidade de adaptação do conhecimento dos conservadores-restauradores da NC a cenários técnicos sempre novos, bem como a soluções de apresentação e fruição futura das superfícies deste conjunto e desta obra de arte total”⁹².

Não nos cabe explicitar o processo de execução, mas relevar esta intervenção pelo seu rigor e carácter multi e interdisciplinar que lhe está a montante e do qual resulta a publicação para que este estudo contribui. Aliás, rematamos invocando aqui uma das premissas presentes na “Memória do Planeamento da Execução dos Trabalhos” desta intervenção⁹³:

“Pretende[u]-se garantir a implementação de uma intervenção estruturada, cuidadosamente acompanhada na gestão dos recursos próprios e da sua interligação com as intervenções estruturais que decorrerão em simultâneo – possibilitando, por exemplo, numa outra frente temática e logística, reduzir o tempo de ocupação do transepto com as estruturas de andaimes, intervencionando o arco triunfal como prioridade; e, ainda, numa vertente compensatória ao ocultamento do espaço Mor do templo e divulgativa de um projeto que se pretende de produção do conhecimento...”.

Beneficiando da sua condição de equipamento cultural, promovida pelo Cabido, acompanhada pela DRCN e contratualizada a empresas especializadas, a intervenção de conservação e restauro na capela-mor realizada entre os anos de 2021 e 2023 trouxe uma nova leitura a um espaço seminal do culto litúrgico, recordando-nos que estivemos sempre diante de uma catedral onde o culto se mantém ativo há mais de oito séculos. Além disso, a forma como o processo foi conduzido, e as sementes que lançou ao nível da produção de conhecimento a montante da intervenção e na sequência da mesma, recorda-nos de igual modo como estes mesmos oito séculos se encontram nos valores materiais e imateriais que levaram ao seu precoce reconhecimento enquanto Monumento Nacional.



Equipa de conservação e restauro responsável pela intervenção na capela-mor da Sé do Porto entre 2021 e 2023 (2022, Património Cultural, I.P.©, fotografia de Carlos Sousa Pereira – DETALHAR.pt).

NOTAS

- 1 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 67463, fl. 1005.
- 2 CASTRO, 2023, p. 4.
- 3 Sistema de Informação para o Património Arquitectónico.
(disponível em www.monumentos.gov.pt)
- 
- 4 RODRIGUES, 2023, p. 11.
- 5 CHOAY, 2005.
- 6 Decreto-Lei n.º 106-F/92 de 1 de junho de 1992.
- 7 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 108140, fl. 32.
- 8 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 67464, fl. 829.
- 9 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 67464, fl. 829.
- 10 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 67463, fl. 0547.
- 11 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 67463, fl. 0542.
- 12 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 67464, fls. 827-825.
- 13 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 67464, fl. 347.
- 14 IPPAR, 2000, pp. 220-221.
- 15 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 67463, fl. 1004.
- 16 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 67463, fl. 0913.
- 17 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 67463, fl. 0913.
- 18 CASTANHEIRA, 2014, p. 2. In Arquivo do Cabido da Sé do Porto, Arquivo corrente.
- 19 BOTELHO, 2006, pp. 195-196.
- 20 BOTELHO (c), 2004, Volume 2, p. 88, Documento 71.
- 21 BOTELHO (c), 2004, Volume 2, p. 89, Documento 72.
- 22 NETO, 1999, p. 41.
- 23 NETO, 1999, p. 41.
- 24 BOTELHO (c), 2004, Volume 2, pp. 238-259, Fichas n.º 88 e 96.
- 25 BOTELHO (c), 2004, Volume 2, pp. 260-262, Ficha n.º 97.
- 26 TOMÉ, 1998, Volume 1, p. 139.
- 27 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 67463, fls. 594-590.
- 28 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 67463, fl. 669.
- 29 PEREIRA, 2010, pp. 277-278.
- 30 PEREIRA, 2010, p. 269.
- 31 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 67464, fl. 347.
- 32 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 67463, fls. 1002-1006.
- 33 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 67463, fls. 1002-1006.
- 34 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 67463, fls. 1002-1006.
- 35 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 67463, fls. 1002-1006.
- 36 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 67463, fl. 857.
- 37 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 67463, fls. 0183 e 0784.
- 38 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 61778, fl. 166.
- 39 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 56336, fl. 95.
- 40 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 56336, fl. 95.
- 41 ICOMOS, 2000.
- 42 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 61778, fl. 165.
- 43 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 67463, fl. 427.
- 44 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 67463, fl. 427.
- 45 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 61778, fls. 164-165.
- 46 IPPAR, 2000, pp. 220-221.
- 47 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 61778, fls. 164-165.
- 48 IPPAR, 2000, p. 220.
- 49 IPPAR, 2000, p. 220.
- 50 MELO, 2005, p. 8
- 51 MELO, 2005, p. 8
- 52 MELO, 2005, p. 9.
- 53 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 67463, fl. 427.
- 54 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 68990, fl. 9.
- 55 LOURENÇO, 2005, p. 22.
- 56 LOURENÇO, 2005, p. 24.
- 57 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 68979, fls. 6-5.

- 58 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 68979, fls. 6-5.
- 59 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 68929, fls. 0058, 0061 e 0062.
- 60 MELO, 2005, p. 9.
- 61 MELO, 2005, p. 9.
- 62 MELO, 2005, p. 5.
- 63 MELO, 2005, p. 9.
- 64 IPPAR, 2000, p. 52.
- 65 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 59309, fl. 189 e fl. 191.
- 66 IPPAR, 2000, p. 10.
- 67 IPPAR, 2000, p. 11.
- 68 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 68458.
- 69 PEREIRA, 2010, pp. 275, 279-280.
- 70 RODRIGUES, 2023, p. 12.
- 71 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 67463, fl. 428.
- 72 DORDIO, 2005, p. 26.
- 73 DORDIO, 2005, p. 26.
- 74 DORDIO, 2005, p. 26.
- 75 DORDIO, 2005, p. 26.
- 76 DORDIO, 2005, p. 26.
- 77 DORDIO, 2005, p. 26.
- 78 COSTA, 2021, p. 94.
- 79 "Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa", 2004.
- 80 COSTA, 2021, p. 95.
- 81 COSTA, 2021, p. 96.
- 82 COSTA, 2021, p. 97.
- 83 COSTA, 2021, p. 97.
- 84 COSTA, 2021, p. 100.
- 85 COSTA, 2021, pp. 101, 104.
- 86 COSTA, 2021, p. 105.
- 87 COSTA, 2021, p. 104.
- 88 MELO, 2005, p. 8.
- 89 MELO, 2005, p. 8.
- 90 CASTANHEIRA, 2017.
- 91 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 68990, fls. 443 e seguintes.
- 92 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 68990, fl. 360.
- 93 Referência: [arquiv@](#) - arquivo online do Património Cultural, IP -ID: 004283, fl. 360.